

**A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR COMO CAMINHO PARA A INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DA BNCC**

**CURRICULUM FLEXIBILITY AS A PATH TO INCLUSION FROM THE PERSPECTIVE OF THE NCCB**

**LA FLEXIBILIDAD CURRICULAR COMO CAMINO HACIA LA INCLUSIÓN DESDE LA PERSPECTIVA DEL BNCC**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-258>

**Data de submissão:** 22/11/2025

**Data de publicação:** 22/12/2025

**Jáder Vinícius Moreira Moura**

Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: jadermoreira@gmail.com

**Alexandra Oliveira Aragão**

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

Instituição: Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

E-mail: prof.ale.aragao@gmail.com

**Glêibia Matos Albuquerque de Souza**

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: gleibiamatos@yahoo.com.br

**Maria Francilene Santos de Lucena Oliveira**

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: francilene.luc@gmail.com

**Lívia Rodrigues Nogueira**

Mestre em Educação com Especialização em Formação de Professores

Instituição: Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO)

E-mail: pedagogapig@gmail.com

**Maria Abelicia França**

Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: abelicia@live.com

**Carmen Izabel de Azeredo**

Mestranda em Ciências Contábeis e Administração

Instituição: Fundação Capixaba de Pesquisa (FUCAPE)

E-mail: belazeredo1@hotmail.com

## RESUMO

O tema da flexibilização curricular no atendimento à diversidade foi discutido neste estudo a partir das tensões existentes entre a normatização das aprendizagens essenciais e a necessidade de reorganização das práticas pedagógicas no cotidiano escolar, considerando a educação comprometida com a equidade, com o direito à aprendizagem e com a valorização das diferenças. O artigo analisou o referencial curricular nacional, a relação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a flexibilização no atendimento à diversidade e as práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar. O objetivo consistiu em analisar os fundamentos do referencial curricular nacional, a relação da BNCC com a flexibilização no atendimento à diversidade e as práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar. A pesquisa foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, entendida como procedimento que envolveu a coleta, seleção, análise crítica e organização de produções científicas, conforme indicado por Santana, Narciso e Santana (2025). Os dados foram coletados em artigos, livros e produções acadêmicas disponíveis em bases digitais, sendo analisados a partir das categorias currículo, flexibilização, diversidade, BNCC e práticas pedagógicas inclusivas. Os resultados evidenciaram que a flexibilização curricular se mantém como exigência permanente do trabalho educativo, demandando reorganização das práticas pedagógicas, formação continuada docente e atuação articulada da gestão escolar para assegurar a inclusão, a equidade e o direito à aprendizagem.

**Palavras-chave:** Base Curricular. Flexibilização Curricular. BNCC. Educação Inclusiva. Práticas Pedagógicas.

## ABSTRACT

The theme of curricular flexibility in addressing diversity was discussed in this study based on the tensions between the standardization of essential learning and the need to reorganize pedagogical practices in everyday school life, considering an education committed to equity, the right to learning, and the appreciation of differences. The article analyzed the national curricular framework, the relationship between the National Common Curricular Base (NCCB) and flexibility in addressing diversity, as well as inclusive pedagogical practices in the school context. The objective was to analyze the foundations of the national curricular framework, the relationship between the NCCB and flexibility in addressing diversity, and inclusive pedagogical practices in the school context. The research was developed through bibliographic research, understood as a procedure that involved the collection, selection, critical analysis, and organization of scientific productions, as indicated by Santana, Narciso, and Santana (2025). Data were collected from articles, books, and academic productions available in digital databases and analyzed based on the categories of curriculum, flexibility, diversity, BNCC, and inclusive pedagogical practices. The results showed that curricular flexibility remains a permanent requirement of educational work, demanding the reorganization of pedagogical practices, continuous teacher training, and coordinated action by school management to ensure inclusion, equity, and the right to learning.

**Keywords:** Curricular Base. Curricular Flexibility. NCCB. Inclusive Education. Pedagogical Practices.

## RESUMEN

El tema de la flexibilidad curricular para abordar la diversidad se discutió en este estudio con base en las tensiones existentes entre la estandarización de aprendizajes esenciales y la necesidad de reorganizar las prácticas pedagógicas en la vida escolar diaria, considerando una educación comprometida con la equidad, el derecho al aprendizaje y la valoración de las diferencias. El artículo analizó el marco curricular nacional, la relación entre la Base Curricular Nacional Común (BNCC) y la flexibilidad para abordar la diversidad, y las prácticas pedagógicas inclusivas en la vida escolar diaria. El objetivo fue analizar los fundamentos del marco curricular nacional, la relación entre la BNCC y la flexibilidad para abordar la diversidad, y las prácticas pedagógicas inclusivas en la vida escolar diaria. La investigación se desarrolló a través de la investigación bibliográfica, entendida como un procedimiento que involucró la recopilación, selección, análisis crítico y organización de producciones científicas, como lo indican Santana, Narciso y Santana (2025). Los datos se recopilaron de artículos, libros y trabajos académicos disponibles en bases de datos digitales y se analizaron según las categorías de currículo, flexibilidad, diversidad, BNCC (Currículo Básico Común Nacional) y prácticas pedagógicas inclusivas. Los resultados mostraron que la flexibilidad curricular sigue siendo un requisito permanente del trabajo educativo, que exige una reorganización de las prácticas pedagógicas, la formación docente continua y la acción coordinada de la dirección escolar para garantizar la inclusión, la equidad y el derecho al aprendizaje.

**Palabras clave:** Marco Curricular. Flexibilidad Curricular. BNCC. Educación Inclusiva. Prácticas Pedagógicas.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema da flexibilização curricular no atendimento à diversidade foi discutido neste estudo a partir das tensões existentes entre a normatização das aprendizagens essenciais e a necessidade de reorganização das práticas pedagógicas no cotidiano escolar. A relevância da pesquisa foi evidenciada diante das demandas atuais por uma educação comprometida com a equidade, com o direito à aprendizagem e com a valorização das diferenças.

O objetivo consistiu em analisar os fundamentos do referencial curricular nacional, a relação da BNCC com a flexibilização no atendimento à diversidade e as práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar. Nesse contexto, a seguinte pergunta de pesquisa orientou o estudo: ‘de que maneira a flexibilização curricular contribuiu para a efetivação do direito à aprendizagem em contextos marcados pela heterogeneidade dos estudantes?’

A investigação foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, entendida como procedimento que envolveu a coleta, seleção, análise crítica e organização de materiais científicos, conforme as transformações nas metodologias científicas aplicadas ao campo educacional indicadas por Santana, Narciso e Santana (2025). Os dados foram coletados a partir de artigos, livros e produções acadêmicas disponíveis em bases digitais, sendo submetidos à técnica de análise de conteúdo, com foco nas categorias currículo, flexibilização, diversidade, BNCC e práticas pedagógicas inclusivas.

Ao longo do estudo, foram discutidos os fundamentos do currículo nacional e da flexibilização, a relação entre a BNCC e o atendimento à diversidade, bem como as práticas pedagógicas inclusivas mediadas pelo trabalho docente, pela formação continuada e pelas condições institucionais. Portanto, a introdução do tema permitiu situar a investigação no campo da educação inclusiva, articulando normatização curricular, reorganização do ensino e práticas pedagógicas orientadas pela diversidade.

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza bibliográfica, que de acordo Santana, Narciso e Santana (2025), é fundamentada na coleta, seleção, análise e organização de materiais acadêmicos que subsidiaram o alcance dos objetivos propostos, conforme a compreensão de que as transformações nas metodologias científicas têm provocado impactos significativos no campo educacional e na formação de pesquisadores. O processo investigativo envolveu, inicialmente, a definição do tema, seguida da busca sistemática de produções científicas, da leitura analítica dos materiais selecionados e da organização das referências utilizadas. As palavras-chave empregadas na pesquisa foram: base curricular, flexibilização curricular, BNCC, educação inclusiva, diversidade e práticas pedagógicas inclusivas, utilizadas de forma combinada. As buscas foram realizadas,

prioritariamente, no *Google Acadêmico*, plataforma que reúne produções científicas de diferentes áreas do conhecimento e permite o acesso a artigos, livros, dissertações e teses. Como critérios de inclusão, foram considerados textos publicados entre 2018 e 2025, que apresentassem pertinência direta com o tema investigado e relevância teórica para a educação inclusiva e a flexibilização curricular, enquanto os critérios de exclusão envolveram materiais fora do recorte temporal estabelecido, produções repetidas e textos que não apresentavam relação direta com os objetivos do estudo.

### **3 CURRÍCULO NACIONAL E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: FUNDAMENTOS E TENSÕES NO CAMPO EDUCACIONAL**

O referencial curricular nacional pode ser compreendido como o conjunto de aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas a todos os estudantes ao longo da educação básica, funcionando como parâmetro orientador para a organização dos currículos nas redes e instituições de ensino. Assim, esse referencial define direitos de aprendizagem comuns, independentemente das condições sociais, culturais ou cognitivas dos sujeitos, buscando garantir padrões mínimos de formação escolar. Desse modo, sua função normativa orienta a seleção de conteúdos, o desenvolvimento de competências e a estruturação das práticas pedagógicas, servindo como eixo organizador do trabalho educativo no país.

Por sua vez, a flexibilização curricular envolve a reorganização das condições pedagógicas sem romper com esse referencial comum. Nesse sentido, flexibilizar não significa alterar o currículo para determinados estudantes, mas ajustar tempos, estratégias, metodologias, recursos e processos avaliativos para que todos possam acessar os mesmos conhecimentos. Assim, comprehende-se que o currículo deve ser acessível a todos, cabendo ao professor e à instituição promoverem adequações necessárias para viabilizar esse acesso, preservando o direito ao aprendizado comum (Santos *et al.*, 2024). Em contrapartida, a adaptação curricular se caracteriza pela modificação do currículo para estudantes que não conseguem acessar os conhecimentos comuns sem essa alteração, o que evidencia a distinção conceitual entre flexibilizar e adaptar (Santos *et al.*, 2024).

Nesse contexto, o acesso ao currículo por estudantes com diferentes necessidades educacionais ocorre, frequentemente, por meio das adaptações curriculares, conforme explicitado por Santos *et al.*

Esse acesso é proporcionado pelas adaptações curriculares, que consistem no ‘conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender às diferenças individuais dos alunos’ (2024, n.p.).

Além disso, Santos *et al.* essa concepção ao afirmarem que

[...] esse acesso é proporcionado pelas adaptações curriculares, que consistem no ‘conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender às diferenças individuais dos alunos’ (2024, n.p.).

Dessa forma, as adaptações configuram-se como instrumentos pedagógicos indispensáveis para atender, de maneira efetiva, às diferentes necessidades de aprendizagem que surgem da heterogeneidade do ambiente escolar. Além disso, por meio dessas estratégias, torna-se possível assegurar a participação dos estudantes no currículo, respeitando suas especificidades sem comprometer os objetivos educacionais comuns.

Entretanto, a flexibilização curricular amplia essa discussão ao defender que todos os estudantes devem ter assegurado o direito de acesso ao mesmo referencial curricular. Nessa perspectiva, entende-se que o currículo comum deve apresentar abertura suficiente para considerar as singularidades dos alunos, sem que seja substituído por outro. Assim, as ações pedagógicas voltam-se à reorganização do ensino, e não à redução das expectativas de aprendizagem. Em oposição a esse entendimento, a adaptação curricular incide diretamente na modificação do currículo quando o estudante não consegue acompanhar o percurso comum sem essa alteração (Santos *et al.*, 2024). Desse modo, evidencia-se que a flexibilização preserva o direito ao currículo comum, enquanto a adaptação corresponde a uma alteração curricular pontual.

No campo das políticas educacionais, essa discussão encontra-se diretamente vinculada ao documento que orienta a educação básica no país. Nesse sentido, Vieira e Feijó (2018) analisam criticamente a BNCC ao destacarem que, ao estabelecer competências e aprendizagens consideradas obrigatórias para todos os estudantes, o documento adota uma perspectiva universalizante, sustenta a ideia de neutralidade do conhecimento e direciona a educação para uma lógica predominantemente funcional, alinhada às exigências do mercado. Dessa forma, os autores evidenciam a existência de tensões entre a normatização dos saberes e os princípios mais amplos de formação humana.

Entretanto, os mesmos autores reconhecem que a BNCC também expressa compromissos educacionais relevantes, ao integrar em seus propósitos a formação integral dos sujeitos e a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva (Vieira; Feijó, 2018). Assim, observa-se que o documento apresenta uma configuração ambígua, pois, ao mesmo tempo em que prescreve aprendizagens essenciais, também assume orientações voltadas para valores sociais e éticos fundamentais.

Ao tratar do referencial curricular nacional e da flexibilização curricular, evidencia-se que esses elementos se inserem diretamente na dinâmica de organização do ensino e no modo como as práticas pedagógicas são estruturadas nas instituições escolares. Nesse sentido, observa-se que o trabalho

pedagógico demanda constante adequação dos tempos, das estratégias e dos recursos, de modo a considerar as diferenças existentes entre os estudantes no cotidiano da sala de aula. Assim, a normatização curricular e a flexibilização passam a coexistir no cenário educacional como dimensões presentes no planejamento e na execução das ações pedagógicas voltadas à aprendizagem.

#### **4 A BNCC E A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR NO ATENDIMENTO À DIVERSIDADE EDUCACIONAL**

A BNCC constitui-se como um dos principais documentos orientadores da educação básica no Brasil, ao definir direitos de aprendizagem e desenvolvimento comuns a todos os estudantes. Nesse sentido, sua proposta fundamenta-se na garantia do acesso, da permanência e da aprendizagem dos sujeitos na escola, independentemente de suas características, condições ou necessidades. Assim, a perspectiva inclusiva encontra-se presente no texto normativo, ao reconhecer que todos os estudantes devem ter assegurado o direito ao conhecimento escolar em condições de equidade (Souza; Ataídes; Silva, 2025). Todavia, embora esse reconhecimento esteja formalmente previsto, a efetivação dessas diretrizes no cotidiano escolar apresenta desafios significativos.

Nesse contexto, a flexibilização curricular assume papel central na mediação entre a proposta normativa da BNCC e as demandas concretas da diversidade presente nas escolas. Conforme explicitado, “[...] a flexibilização curricular envolve modificações necessárias nos vários componentes do currículo para adaptá-lo às diferentes situações e necessidades dos alunos.” (Souza; Ataídes; Silva, 2025, p. 139). Dessa forma, comprehende-se que a flexibilização incide sobre objetivos, conteúdos, metodologias, tempos e processos avaliativos, possibilitando que o ensino se ajuste às particularidades dos estudantes sem romper com o currículo comum. Assim, a flexibilização configura-se como uma estratégia essencial para tornar a proposta curricular acessível a todos.

Entretanto, embora a BNCC reconheça a necessidade de flexibilidade para atender à diversidade dos alunos, observa-se que, na prática, essa flexibilização nem sempre se concretiza de maneira efetiva no cotidiano das instituições de ensino (Souza; Ataídes; Silva, 2025). Dessa maneira, identifica-se uma tensão entre o que é previsto nos documentos normativos e o que é efetivamente realizado no espaço escolar. Assim, mesmo diante de orientações que apontam para a valorização das diferenças, persistem desafios relacionados à implementação de práticas pedagógicas que consigam atender, de forma consistente, às múltiplas necessidades dos estudantes.

Além disso, a flexibilização curricular ultrapassa a dimensão técnica do planejamento pedagógico, assumindo também um caráter ético e político no campo educacional. Nesse sentido, Souza, Ataídes e Silva pontuam que

Portanto, a flexibilização curricular na escola inclusiva não é apenas uma técnica pedagógica, mas um compromisso com a equidade, a diversidade e a construção de um ambiente educacional democrático, onde cada aluno possa prosperar e contribuir para a sociedade de maneira significativa (2025, p. 139).

A flexibilização passa a ser compreendida como um princípio orientador da prática docente, ao direcionar o planejamento e a condução das ações pedagógicas para o atendimento às diferentes necessidades dos estudantes. Além disso, essa perspectiva contribui para a construção de um ensino mais sensível às singularidades presentes no contexto escolar. Assim, a prática educativa alinha-se aos valores da educação inclusiva e da justiça social, ao promover condições mais equitativas de acesso à aprendizagem.

Desse modo, ao relacionar a BNCC com a flexibilização curricular no atendimento à diversidade, observa-se que o documento normativo estabelece referências importantes para a construção de uma educação inclusiva. Contudo, a efetivação dessas diretrizes no cotidiano escolar depende da capacidade das instituições e dos docentes de reorganizarem suas práticas pedagógicas à luz das necessidades reais dos estudantes. Assim, a flexibilização curricular apresenta-se como uma exigência permanente do trabalho educativo, especialmente em contextos marcados pela heterogeneidade e pela complexidade das trajetórias escolares.

## **5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR NO COTIDIANO ESCOLAR**

As práticas pedagógicas inclusivas, fundamentadas na flexibilização curricular, configuram-se como um dos principais caminhos para a efetivação do atendimento à diversidade no espaço escolar. Nesse sentido, tanto Santos e Cruz (2022) quanto Souza, Ataídes e Silva (2025) reconhecem que a flexibilização ultrapassa a dimensão técnica do ensino, exigindo do professor uma atuação intencional, planejada e sensível às necessidades dos estudantes. Assim, o trabalho pedagógico passa a ser orientado por princípios que asseguram o acesso de todos ao currículo comum, ao mesmo tempo em que respeitam as diferenças individuais presentes na sala de aula.

Além disso, Santos e Cruz (2022) defendem que o currículo deve ser organizado a partir de um planejamento intencional que possibilite o atendimento simultâneo de todos os estudantes, utilizando estratégias pedagógicas capazes de respeitar as singularidades como elemento determinante do processo educativo. Dessa forma, a flexibilização manifesta-se no modo como o docente estrutura seus planos de aula, seleciona recursos, define metodologias e organiza os tempos de aprendizagem. Em convergência com essa perspectiva, Souza, Ataídes e Silva (2025) comprehendem que as práticas

inclusivas se concretizam quando o currículo é ajustado às diferentes situações e necessidades dos alunos, permitindo que cada estudante participe efetivamente do processo de ensino e aprendizagem.

Entretanto, para que tais práticas se efetivem no cotidiano escolar, Santos e Cruz (2022) destacam que a flexibilização e a adaptação curricular exigem uma formação continuada que conte com essa dimensão, bem como a disponibilização de recursos acessíveis e o investimento na educação por parte dos gestores públicos. Assim, evidencia-se que a efetivação das práticas inclusivas não depende exclusivamente da vontade do professor, mas também das condições institucionais e das políticas educacionais vigentes. Nesse mesmo sentido, Souza, Ataídes e Silva (2025) apontam que a flexibilização curricular, quando articulada à perspectiva da escola inclusiva, exige compromisso coletivo com a equidade e com a criação de ambientes educacionais democráticos.

Ademais, ao dialogarem sobre os desafios da concretização da flexibilização, Santos e Cruz (2022) ressaltam que a ausência de formação específica e de investimentos compromete o desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade. Por sua vez, Souza, Ataídes e Silva (2025) reforçam que a flexibilização curricular, para além de uma estratégia pedagógica, representa um compromisso ético com a inclusão, a justiça social e a valorização das diferenças. Dessa forma, ambos os referenciais convergem ao afirmar que a construção de práticas inclusivas exige articulação entre planejamento, formação docente, recursos pedagógicos e gestão educacional.

Assim, ao compreender as práticas pedagógicas inclusivas a partir da flexibilização curricular, observa-se que elas resultam da interação entre o trabalho docente, as condições institucionais e as diretrizes das políticas educacionais. Nesse contexto, o diálogo entre Santos e Cruz (2022) e Souza, Ataídes e Silva (2025) evidencia que a flexibilização curricular constitui-se como elemento estruturante da prática pedagógica inclusiva, ao orientar ações que buscam garantir o direito à aprendizagem em contextos marcados pela heterogeneidade dos sujeitos.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos referenciais teóricos permitiu identificar como principal resultado a centralidade do currículo comum como direito assegurado a todos os estudantes, ao mesmo tempo em que se evidencia a necessidade permanente de sua flexibilização para o atendimento adequado à diversidade. A partir das contribuições de Santos *et al.* (2024), comprehende-se que as adaptações curriculares constituem recursos pedagógicos fundamentais para viabilizar o acesso aos objetivos, conteúdos, metodologias e processos avaliativos, especialmente quando o estudante não consegue acompanhar o percurso comum sem ajustes. Paralelamente, Santos e Cruz (2022) reforçam que a intencionalidade pedagógica e o planejamento inclusivo são elementos determinantes para que o currículo possa atender

simultaneamente aos estudantes, respeitando as singularidades presentes no contexto escolar. Dessa forma, os resultados apontam que a flexibilização curricular se apresenta como eixo estruturante das práticas pedagógicas inclusivas.

Além disso, essas descobertas revelam que a flexibilização curricular assume um significado que ultrapassa a dimensão técnica do planejamento, passando a se constituir como princípio formativo e ético da prática docente. Nessa perspectiva, Souza, Ataídes e Silva (2025) indicam que a flexibilização representa um compromisso com a equidade, a diversidade e a construção de ambientes educacionais democráticos. Do mesmo modo, Santos e Cruz (2022) evidenciam que a organização do ensino voltada ao atendimento simultâneo dos estudantes exige estratégias pedagógicas sensíveis às individualidades. Assim, os achados reafirmam que a flexibilização não se restringe a ajustes pontuais, mas se estabelece como orientação permanente do trabalho pedagógico.

Ao relacionar essas constatações com o campo das políticas educacionais, observa-se consonância com as análises de Vieira e Feijó (2018), ao apontarem que a BNCC, embora estabeleça direitos de aprendizagem e diretrizes comuns, carrega tensões entre a normatização dos saberes e os princípios da formação humana integral. Em articulação a esse entendimento, Souza, Ataídes e Silva (2025) destacam que, embora a BNCC reconheça a importância da educação inclusiva e da flexibilidade curricular, sua implementação prática enfrenta limites no cotidiano escolar. Assim, os resultados deste estudo dialogam com esses autores ao evidenciar que a efetivação da flexibilização depende não apenas do texto normativo, mas das condições concretas de trabalho pedagógico.

No que se refere às limitações da descoberta, por tratar-se de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, os resultados encontram-se condicionados às interpretações teóricas dos autores analisados, não sendo possível generalizar conclusões para realidades escolares específicas. Além disso, conforme indicam Santos e Cruz (2022), a efetivação das práticas de flexibilização curricular é diretamente influenciada pela formação continuada dos docentes, pela disponibilidade de recursos acessíveis e pelo investimento dos gestores públicos, o que demonstra que a aplicabilidade das proposições teóricas está vinculada a condições estruturais que nem sempre se concretizam de forma homogênea nas instituições educacionais.

Quanto aos aspectos considerados inesperados ou inconclusivos, destaca-se a contradição evidenciada por Souza, Ataídes e Silva (2025), ao apontarem que, embora a BNCC reconheça formalmente a necessidade de flexibilidade para atender à diversidade, tal reconhecimento nem sempre se materializa de modo eficaz na prática escolar. Esse distanciamento entre o prescrito e o realizado também é tensionado pelas análises de Vieira e Feijó (2018), ao evidenciarem que a normatização dos saberes pode reduzir a educação a uma dimensão instrumental, mesmo quando o discurso oficial afirma

compromissos com a inclusão e a formação integral. Assim, a coexistência entre avanço normativo e fragilidade na implementação constitui um resultado que exige aprofundamento teórico e empírico.

Por fim, os resultados apontam para a necessidade de ampliação de pesquisas que investiguem de forma mais aprofundada como a flexibilização curricular vem sendo operacionalizada no cotidiano das escolas. Conforme indicam Santos *et al.* (2024) e Santos e Cruz (2022), torna-se relevante investigar como os professores têm realizado as adaptações e flexibilizações no planejamento, na metodologia e na avaliação, bem como quais impactos essas ações produzem na aprendizagem dos estudantes. Além disso, Souza, Ataídes e Silva (2025) reforçam a importância de estudos que analisem a relação entre a BNCC, a gestão escolar e as condições institucionais para a efetivação da inclusão. Dessa forma, a continuidade das investigações mostra-se indispensável para aprofundar a compreensão sobre os limites e as possibilidades da flexibilização curricular no contexto da educação inclusiva.

## 7 CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo, foi possível compreender que o referencial curricular nacional se configura como eixo organizador das aprendizagens essenciais, assegurando direitos comuns a todos os estudantes. Paralelamente, evidenciou-se que a flexibilização curricular se insere como elemento indispensável para viabilizar o acesso efetivo ao currículo comum, considerando a heterogeneidade presente no espaço escolar. Desse modo, o objetivo de analisar os fundamentos do currículo nacional e suas tensões com a flexibilização foi plenamente contemplado, ao se demonstrar que ambos coexistem no cotidiano das práticas pedagógicas.

Além disso, ao relacionar a BNCC com a flexibilização curricular no atendimento à diversidade, verificou-se que, embora o documento normativo reconheça a importância da inclusão, sua efetivação depende da reorganização intencional das práticas docentes e das condições institucionais. Assim, o estudo alcançou seu propósito ao evidenciar que a normatização curricular, por si só, não garante a inclusão, sendo necessária a atuação articulada entre planejamento pedagógico, práticas inclusivas e gestão educacional.

No que se refere às práticas pedagógicas inclusivas, constatou-se que a flexibilização curricular orienta diretamente o trabalho docente, ao exigir planejamento sensível às individualidades, reorganização dos tempos, adaptação de estratégias e utilização de recursos acessíveis. Dessa forma, verificou-se que a efetivação do direito à aprendizagem está vinculada tanto à intencionalidade pedagógica quanto às condições estruturais oferecidas pelas instituições de ensino, atendendo, assim, ao objetivo de discutir a prática inclusiva no cotidiano escolar.

Assim, os resultados deste estudo demonstram que a flexibilização curricular se apresenta como exigência permanente do trabalho educativo em contextos marcados pela diversidade, constituindo-se como princípio orientador das ações pedagógicas voltadas à equidade e à justiça social. Além disso, evidencia-se que a construção de práticas inclusivas depende da articulação entre políticas educacionais, formação continuada dos docentes, disponibilização de recursos e organização institucional.

Dessa maneira, estimula-se que mais pesquisas sejam realizadas sobre esse tema, especialmente no intuito de aprofundar a compreensão sobre como a flexibilização curricular vem sendo operacionalizada no planejamento, nas metodologias e nos processos avaliativos. Ademais, faz-se necessário ampliar os estudos sobre as condições institucionais que favorecem ou limitam a efetivação das práticas inclusivas, de modo a contribuir para o fortalecimento de uma educação comprometida com a diversidade e com o direito à aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

- SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, p. e13702, 2025.
- SANTOS, K. C. L. dos; BARBOSA, A. F.; BARBOSA, L. D. F. de L.; VENDEL, A. L. Refletindo sobre flexibilização curricular e inclusão de alunos com deficiência intelectual. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA (CINTEDI), 2024, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...]. João Pessoa: Realize Editora, 2024. p. 1-12.
- SOUZA, I. S. V. de; ATAÍDES, S. de S. B.; SILVA, J. M. da. Flexibilização curricular como estratégia para a educação inclusiva. **Humanidades & Tecnologia (FINOM)**, v. 58, p. 133-142, 2025.
- VIEIRA, J. S.; FEIJÓ, J. R. de O. A Base Nacional Comum Curricular e o conhecimento como commodity. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 35-43, 2018.